

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Glauber Henrique de Moraes

**O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA
GESTÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA**

São Francisco de Paula, RS
2018

Glauber Henrique de Moraes

**O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA GESTÃO DE
UMA ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Gestão Educacional
(EAD) (UFSM), como requisito para a
obtenção do título de **especialista em Gestão
Educativa**

Orientadora: Profa. Dra. Débora Teixeira de Mello

São Francisco de Paula, RS
2018

MORAES, GLAUBER HENRIQUE DE MORAES

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA GESTÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA / GLAUBER HENRIQUE DE MORAES MORAES.- 2018.
37 p.; 30 cm

Orientadora: Débora Teixeira de Mello MELLO

Coorientadores: Débora de Ortiz Leão LEÃO, NatáliaPergher
Miranda MIRANDA, Liliana Soares Ferreira FERREIRA

Monografia (Especialização em Gestão Educacional)
Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Especialização em Gestão Educacional,
RS, 2018.

1. GESTÃO EDUCACIONAL 2. POLÍTICAS PÚBLICAS 3. NOVO
MAIS EDUCAÇÃO 4. GESTÃO ESCOLAR I. MELLO, Débora
Teixeira de Mello II. LEÃO, Débora de Ortiz Leão III.
MIRANDA, Natália Miranda IV. FERREIRA, Liliana Soares
Ferreira V. Título..

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a).
Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central.
Bibliotecária responsável Paula SchoenfeldtPatta CRB 10/1728.

Glauber Henrique de Moraes

**O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA GESTÃO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Gestão Educacional (EAD)
(UFSM), como requisito parcial para a
obtenção do título de **Especialista em Gestão
Educacional**.

Aprovado em 30 de junho de 2018:

Débora Teixeira de Mello (UFSM)
(Orientadora)

Débora de Ortiz Leão (UFSM)

NatáliaPergher Miranda
(Ms. UAB/UFSM)

Liliana Soares Ferreira Suplente
(UFSM)

São Francisco de Paula, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho a todos os profissionais da educação que lutam pelos seus direitos e de suas comunidades, com a finalidade em manter os nossos direitos e a gestão democrática na escola pública - hoje ameaçada por diversos interesses políticos. A todos que pensam no coletivo do magistério e do funcionalismo público que estão sendo ameaçados pelo desmonte da máquina pública: trabalhando sem recursos materiais, financeiros e com falta de recursos humanos nas instituições de ensino. Para todos esses guerreiros e guerreiras eu dedico essa produção acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todos os elementos que me permitiram conduzir um bom trabalho, com persistência e resistência, nos momentos de dificuldade que foram superados e que viraram aprendizados.

As pessoas que acreditam no meu trabalho, dando um voto de confiança em meio a tantas problemáticas que ocorrem no cotidiano e que através dessas situações são resilientes e demonstram positividade frente aos desafios.

As direções das escolas na qual convivi, pois cada uma foi referência para a realização desse curso e a cada momento em que vivenciava as etapas do curso, me reportava as suas características como forma de observação e aprendizagem e posso dizer que tive excelentes diretoras que conseguiram realizar um excelente trabalho; somente por questões políticas os trabalhos de gestão escolar foram prejudicados e assim descaracterizando uma comunidade escolar já habituada a eleger os seus representantes.

A família que me acompanhou em cada momento de atividade presencial e que enquanto eu estava estudando, estavam explorando os encantos dos Campos de Cima da Serra e em principal descobrindo lugares de São Francisco de Paula.

Ao polo UAB de São Francisco de Paula que é um ambiente acolhedor e que propicia o desenvolvimento da região, atraindo estudantes das mais remotas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, demonstrando o potencial e a referência para a região.

Aos meus colegas da rede estadual da 27^aCRE e 28^aCRE e os da rede municipal nas quais eu trabalhei: Viamão, Alvorada, Gravataí, Canoas e atualmente da rede municipal de Porto Alegre – lugares que me ensinaram a ser docente e futuramente poderei exercer o aprendizado realizado no curso em cargos de gestão.

A equipe de orientadoras que foram incansáveis e que com paciência e motivação conseguiram restabelecer e fortalecer as produções acadêmicas com incentivo e dicas de pesquisa.

“... a educação só pode dar-se mediante o processo pedagógico, necessariamente dialógico, não dominador, que garanta a condição de sujeito tanto do educador quanto do educando.” (PARO, Vitor Henrique)

RESUMO

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA GESTÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA

AUTOR: Glauber Henrique de Moraes
ORIENTADOR: Débora Teixeira de Mello

A pesquisa é resultado de um trabalho de monografia do curso de especialização em gestão educacional. O objetivo da pesquisa é compreender as dimensões do Programa Novo Mais Educação na instituição de ensino. A base teórica do estudo está fundamentada em PARO (2016), SAVIANI (2001), LIBÂNEO (2004), MOLL (2012) e outros. A leitura de leis e pareceres que envolvem as políticas públicas e educação integral constituíram elementos fundamentais para construir o trabalho de pesquisa. Através de estudo de caso, foi investigado o impacto que o Programa Novo Mais Educação gerou em uma instituição de ensino na gestão escolar e nos processos que envolvem a construção pedagógica e os fundamentos da educação integral em relação às políticas públicas e a articulação da escola com a comunidade.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Novo Mais Educação. Gestão Educacional

ABSTRACT

THE NEW PROGRAM MORE EDUCATION AND IMPACTS IN THE MANAGEMENT OF A PUBLIC SCHOOL

AUTHOR: Glauber Henrique de Moraes

ADVISOR: Débora Teixeira de Mello

The research is the result of a monograph of the specialization course in educational management. The objective of the research is to understand the impacts that the new More Education will cause in the educational institution. The theoretical basis of the study is based on PARO (2016), SAVIANI (2001), LIBÂNEO (2004), MOLL (2012) and others. The reading of laws and opinions that involve the public policies and integral education constituted fundamental elements to construct the work of research. Through a case study, it was investigated the impact that the new More Education generated in an educational institution in the school management and in the processes that involve the pedagogical construction and the foundations of the integral education in relation to the public policies and the articulation of the school with the community.

Keywords: Public Policies, New More Education, Educational Management

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PME	Programa Mais Educação
PNME	Programa Novo Mais Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSOS METODOLÓGICOS	14
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....	17
4 O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO.....	21
5 UM FUTURO INCERTO?.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente trabalho de conclusão de curso irá abordar as políticas públicas, formas de gestão e organização dos espaços escolares com o foco no Programa Novo Mais Educação. O objetivo da pesquisa é compreender os impactos que o Programa Novo Mais Educação vem causando nas instituições de ensino e no modelo de projeto apresentado, que adota como estratégia a elaboração de uma pesquisa qualitativa, buscando as normativas do programa e sua aplicação prática nas escolas. Ao observar as primeiras edições do programa e a atual, conseguiremos analisar alguns impactos. A opção pelo tema revela a importância de se pensar os projetos e sua relação com a escola e a gestão, tentando observar os impactos que esse vem a causar na escola.

A elaboração da pesquisa implicará em etapas de estudo distintas, complementares entre si e simultaneamente realizadas: a) determinar um instrumento de estudo das leis, documentos e assuntos relativo ao tema de pesquisa; b) coletar informações referentes à escola que está atuando com o novo mais educação; c) elaborar um estudo dos impactos do Programa Novo Mais Educação percebendo impactos na sua estrutura.

A pesquisa de natureza de abordagem qualitativa e descritiva, visa gerar conhecimento para aplicação e reflexão da prática, pois buscaram evidenciar a realidade da gestão e da aplicação da política pública na escola e analisar as mudanças que vêm ocorrendo no panorama pedagógico. O estudo buscou analisar leis e documentos que regulamentavam o programa e o gerenciamento pedagógico e a gestão que ocorrem no ambiente escolar. Vivências e práticas da escola foram realizadas por entrevistas. O referencial teórico da elaboração da pesquisa buscou fontes na disciplina de enfoques de pesquisa que auxiliaram na construção e aplicação do projeto de pesquisa. De acordo com Thiollent (2011, p.75):

A coleta de dados é efetuada por grupos de observação e pesquisadores sob controle do seminário central. As principais técnicas utilizadas são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou trabalho e a entrevista individualizada aplicado de modo aprofundado. Os locais de investigação e os indivíduos ou grupos são escolhidos em função do plano de amostragem com controle estatístico ou com critérios intencionais.

O estudo das práticas e dos documentos do Programa Novo Mais Educação possibilitará essa análise. Além disso, as informações obtidas a respeito das rotinas e cotidiano do Programa Novo Mais Educação irá gerar esse estudo que contempla a gestão escolar desse programa. Para concluir, o estudo da política pública no âmbito da gestão escolar poderá conseguir analisar os impactos que o Programa Novo Mais Educação vem

causando no ambiente escolar e as relações entre a gestão da escola com as políticas públicas e a educação.

Com o objetivo de delinear a pesquisa e contribuir cientificamente com as propostas pedagógicas das escolas e na gestão escolar, se pensa em resolver o problema de pesquisa, elencado. Assim é possível realizar essa reflexão:

Nenhum investigador deve partir de uma realidade completamente desconhecida do ponto zero. O conhecimento mínimo da literatura de nosso campo de pesquisa é essencial e nos permitirá avaliar se estamos no caminho correto. Ao mesmo tempo, esta revisão de literatura poderá oferecer novos parâmetros para olhar o mesmo tema que queremos nos debruçar. (THUMS, 2000, p.124).

Apresentamos como perguntas norteadoras da pesquisa: quais os impactos vivenciados por uma escola da rede pública municipal, durante a implantação e o desenvolvimento do Programa Novo Mais Educação, no período de 2017 a 2018, com vistas à gestão escolar? Também deverá ser norteadora a pesquisa por pequenos questionamentos que vêm a ajudar a solucionar o problema de pesquisa principal:

Como o gestor escolar irá organizar a escola com o Programa Novo Mais Educação?

Quem serão os atingidos por esse programa?

Quais os impactos o mais educação causou na escola no primeiro ano de atuação do programa e como está se desenvolvendo esse ano (2018)?

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. OBJETIVO GERAL

- Compreender os impactos que o Programa Novo Mais Educação vem causando na instituição de ensino pesquisada.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar formas de gestão do Programa Novo Mais Educação na escola do estudo;
- Compreender os impactos causados pelas mudanças nas diretrizes do programa na escola de estudo;
- Analisar os documentos do Programa Novo Mais Educação, com a finalidade de compreender o programa e a organização desse projeto e sua aplicação prática.

No próximo capítulo iremos tratar dos percursos metodológicos.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O objetivo da pesquisa é compreender os impactos que o Programa Novo Mais Educação irá causar na instituição de ensino pesquisada e pensar nas suas relações entre a gestão e os projetos de ensino e pedagógicos da escola. Adotaremos como estratégia a elaboração de uma pesquisa através da comparação do programa anterior com o novo, buscando as normativas do programa e sua aplicação prática nas escolas. Ao observar as primeiras edições do Programa Mais Educação em 2006 e o atual Programa Novo Mais Educação, conseguiremos analisar alguns impactos. A opção pelo tema revela a importância de se pensar os projetos e sua relação com a escola e a gestão.

A elaboração desse instrumento de pesquisa implicará em três etapas de estudo distintas, complementares entre si e simultaneamente realizadas: a) determinar um instrumento de estudo das leis, documentos e assuntos relativo ao tema de pesquisa; b) coletar informações referentes à escola que está atuando com o Programa Novo Mais Educação; c) confeccionar o estudo dos impactos do Programa Novo Mais Educação percebendo impactos na sua estrutura. Nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso e de abordagem qualitativa e descritiva e visa gerar conhecimento para aplicação e reflexão da prática.

São perspectivas que pressupõem: expressiva pluralidade de temas, enfoques, abordagens e perguntas; entendimento de que há uma relação dinâmica e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números; que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa; que o processo e seus significados são os focos principais de abordagem. (UFSM, 2017/2 p.12).

O estudo realizado foi combinado com análise documental em fontes primárias e secundárias, a partir de documentos publicados e compartilhado com a escola e na leitura de gestão escolar e as políticas públicas na educação.

A preocupação metodológica dos pesquisadores permite apontar esses riscos e criar condições satisfatórias para uma combinação de técnicas apropriadas aos objetivos de pesquisa. Mesmo quando as distorções introduzidas pelo uso das técnicas não podem ser corrigidas, a simples evidência metodológica da sua existência já constitui um aspecto altamente positivo, podendo inclusive ser aproveitado na avaliação qualitativa do grau de objetividade alcançado. (THIOLLENT, 2011, p.33).

Também será utilizada a técnica do questionário que será realizado com a gestora da escola (direção da escola) e a coordenação do programa. O estudo dos documentos do Programa Novo Mais Educação possibilitará essa análise. Além disso, as informações obtidas a respeito das rotinas e cotidiano do PNME irá gerar esse estudo que contempla a gestão escolar desse programa.

Para conhecer a realidade e aplicação do programa a pesquisa realizou o estudo de caso, para compreender a aplicação do programa em uma instituição da rede municipal de ensino da grande região da grande Porto Alegre. De acordo com os estudos da disciplina de enfoque de pesquisa, o estudo de caso, que foi aplicado na pesquisa:

Constitui-se num estudo, em profundidade, de uma única unidade de interesse. Trata-se do estudo de casos isolados, em que a análise deve ser feita com detalhamento e de forma exaustiva. Deve-se levar em consideração as variáveis e influências internas e externas. Em termos gerais, há, pelos menos, três situações nas quais o estudo de caso é indicado: quando o caso em pauta é adequado para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada; quando o fato ou fenômeno seja extremo ou único ou quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação.(UFSM, 2017/2 p.13).

Com o objetivo de estudar a realidade e aplicação de uma política pública na escola, foi adequado selecionar o estudo de caso para realizar essa investigação, assim foi adequado analisar os fenômenos e as possibilidades que foram questionadas no estudo. O estudo de caso é importante porque ele foca o objeto de estudo a uma realidade e faz transcender os conhecimentos e questionamentos que são objetos do estudo. Com essa delimitação o pesquisador consegue focar os seus limites de atuação e através dessa realidade a observar os fenômenos e as relações que se estabelecem nesse contexto, com uso de diversos instrumentos o estudo vai dimensionando e se teorizando – dialogando com teorias e práticas.

Para concluir, o estudo da política pública no âmbito da gestão escolar poderá conseguir analisar os impactos que o PNME vêm causando no ambiente escolar e as relações entre a gestão da escola com as políticas públicas e a educação.

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010, integrando as ações do PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. As políticas públicas são fundamentais para tentar reduzir as desigualdades regionais e trabalha na melhoria da qualidade da educação, focando nas potencialidades regionais e na valorização da cultura brasileira e com os adventos e mudanças no programa surgiu o Programa Novo Mais Educação.

A Portaria 1.144 de 10 de outubro de 2016, instituiu o Programa Novo Mais Educação que visa melhorar a aprendizagem do ensino de língua portuguesa e matemática, sendo esse o principal objetivo de acordo com o Art.1:

As finalidades do programa foram reduzidas voltando-se a aprendizagem de língua portuguesa e o ensino de matemática, tentando reduzir o abandono escolar, a distorção idade série, reprovação e implementação de ações pedagógicas para melhoria do desempenho e rendimento escolar; melhoria dos resultados de aprendizagem e ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

De acordo com essas mudanças articuladas no programa em 2016 e que foram aplicadas no ano de 2018, grande parte das escolas que fazem parte do PME, não foram abrangidas pelo PNME.

Foi importante selecionar o Programa Novo Mais Educação para a pesquisa porque o programa passou por mudanças significativas e foi descaracterizado e reduzido a um número mínimo de participações de escolas. Mudando o foco projeto e reforçando o ensino de matemática e português, diminuindo as atividades culturais e científicas de outras áreas do conhecimento. Essa delimitação foi fundamental para estudar políticas públicas e o impacto na gestão de uma instituição de ensino. Ao selecionar o campo de estudo os percursos foram redimensionados durante a pesquisa, pois nem todas as escolas que pensava estavam incluídas no programa.

Ao selecionar o tema do estudo, a proximidade e o conhecimento com tema também beneficiou ao estudar o assunto, estar próximo e gostar do assunto é relevante e pensar nas práticas que já foram vivenciadas e com as novas que foram se concretizando de acordo com a realidade; demonstra assim um diferencial importante e que auxilia na construção do trabalho científico – alinhando o estudo de caso com a análise das leis, documentos, entrevistas e visitas ao local de estudo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

As políticas públicas em educação são fundamentais para o desenvolvimento da educação e da promoção do acesso universal a educação. Elas são fundamentais para equiparar as desigualdades a níveis estaduais e municipais a fim de melhorar a qualidade do ensino, fortalecendo as comunidades e respeitando as culturas locais, efetivando a democratização do ensino.

As políticas públicas estabelecem metas, planos e ações que efetivam o processo de democratização do ensino e o acesso a projetos e serviços que qualificam os espaços escolares, atendendo as demandas da melhoria da qualidade do ensino e a formação de profissionais da educação. Siécola (2016, p.9) destaca “As políticas públicas brasileiras são representadas por uma série de decisões metas e programas empreendidos pelo Estado, para contemplar as demandas de determinada sociedade”.

Nesta pesquisa, focamos o Programa Mais Educação e as possibilidades de ampliação do tempo do aluno na escola e os desdobramentos que a equipe gestora realiza ao efetivar um programa de políticas públicas. Sendo elas fundamentais para o desenvolvimento de um projeto que vise melhorar a qualidade da educação e o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

Colocando em prática e efetivando um dos direitos fundamentais que cada criança possui – sendo o direito à educação com um dos principais direitos da criança.

Podemos realizar um panorama histórico para situar a questão do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e pensar sobre as leis que auxiliam e amparam a questão de políticas educacionais que pensam na questão do espaço e tempo na educação.

É importante evidenciar a educação como um direito, previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º. Entendemos que as políticas sociais se inserem em políticas públicas, que são refletidas na área da educação.

O acesso à educação ganhou força constitucional, agora para quase todo o conjunto da Educação Básica (excetuada a fase inicial da Educação Infantil, da Creche), com a nova redação dada ao inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, que assegurava a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, sendo sua implementação progressiva, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. (BRASIL, 2013, p.13)

Com a universalização do ensino os indicadores avançaram e chegaram a um índice elevado, sendo ainda necessário melhorar a qualidade de ensino e a educação para todos. Nessas expectativas vem se conduzindo propostas pedagógicas e programas de ampliação da jornada do aluno na escola.

As políticas públicas do governo a nível federal auxiliam no desenvolvimento da educação no país, tentando reduzir as desigualdades regionais e a equiparar a educação a nível nacional, respeitando as especificidades locais e tentando ampliar o tempo do aluno na escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (BRASIL, 1996), como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação - Decreto nº 6.094/2007 e especificamente, o FUNDEB, Lei nº 11.494/2007, são fundamentais para a constituição e consolidação da proposta de escola de tempo integral.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Leinº 13.005/2014, prevê ameta6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (MEC, SECAD, 2009, p.6)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica/2013, a Educação em Escola de Tempo Integral é citada no Art.36 e Art.37, apresentando orientações sobre as questões de organização da carga horária, currículo, proposta educacional, ambientes e espaços da educação integral.

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. O encargo das escolas, hoje, é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho e dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão. (LIBÂNEO, 2004, p.137)

Nesse sentido, a gestão democrática dos sistemas públicos de ensino marca o pleno desenvolvimento da pessoa sendo a marca da educação como dever de Estado e direito do cidadão. De acordo com Paro (2016, p.18), é preciso que haja condições para a participação da comunidade na vida escolar, principalmente das camadas mais exploradas. A gestão democrática implica a participação da população no processo escolar e na tomada das decisões.

A gestão democrática deve promover a participação e envolver a comunidade escolar. A participação deve abranger elementos consultivos e deliberativos e até a execução. A participação da comunidade na escola é um caminho que se faz, respeitando as especificidades de cada lugar.

A gestão educacional deve permitir esses espaços de trocas e conhecimento entre a sociedade e escola, construindo um projeto que esteja alinhado aos anseios e práticas da comunidade com o projeto pedagógico: dialogando, debatendo e construindo. Através desses espaços se discute a formação pedagógica e a formação continuada, debatendo currículo e temas contemporâneos da educação, trocas de experiências e debates pedagógicos sobre os processos pedagógicos em sala de aula.

Falar das potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão da escola pública implica elucidar os determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola. Com relação aos determinantes internos à unidade escolar, podemos falar em quatro tipos de condicionantes: materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos. (PARO, 2016, p.54)

O condicionante em relação à participação que ocorre na escola deve ser refletido e aplicado na escola para padrões de desenvolvimento de políticas que façam a inclusão e a equiparação das desigualdades presentes no espaço escolar, que assim possam ampliar a qualidade de ensino e que possa proteger o aluno de situações de risco e vulnerabilidade. A escola tem um papel fundamental nesse processo, a gestão estadual de ensino na coordenadoria regional e a secretaria de educação a nível municipal devem realizar esforços para incluir o município nas políticas públicas oferecidas na educação. A gestão escolar deve estar organizada a receber os programas do governo e incluir os beneficiados nos programas.

A gestão escolar é fundamental para a organização e gestão dos projetos que existem na escola, colaborando para propostas de projetos e novas formas de organização dos grupos escolares – ressaltando a mobilização da comunidade escolar e manter o relacionamento com as famílias no processo de construção do projeto pedagógico alinhado com as expectativas e vocações locais. A conquista dessa cidadania depende da mobilização da equipe em afinar as estratégias de democratização.

A participação, de acordo com Libâneo (2004) significa a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (pais e alunos) na gestão da escola. Assim se articula a participação no processo organizacional e na tomada de atitudes.

A escola é lugar de aprender conhecimentos e desenvolver capacidades intelectuais e também locais de formação de competências para a participação na vida social, econômica e

cultural. Com os canais de comunicação a escola interage com a sua comunidade – deliberando as decisões num processo mais acolhedor e humano.

A Gestão Educacional exerce um papel fundamental no alinhamento de políticas públicas e na inclusão dos programas que são ofertados a nível nacional e estadual.

A gestão educacional é uma construção histórica, resultante de um processo de transformação social, econômico e político. Reveste-se de contradições e de diversos interesses políticos. Portanto, a política de gestão não é neutra, abstrata e nem tampouco generalista ou com finalidade em si mesma. Ela articula-se ao desenvolvimento do sistema econômico, das políticas do Estado, no qual está inserida e reflete os posicionamentos dos gestores que a assumem. (CHAVES e RIBEIRO, 2012, p. 1)

A Gestão Educacional exerce papel fundamental para alinhar os interesses pedagógicos, sociais e culturais; resultando de uma construção histórica que promove a transformação dos espaços. Essa situação vem demonstrando a dimensão da gestão educacional, que com a participação, democracia e autonomia vêm elevando o seu compromisso. Nesse sentido, os reflexos da Gestão Educacional atrelam a Gestão Escolar à tomada de decisões e construção do projeto pedagógico de cada rede. Por isso é fundamental ter esse conhecimento e saber que a Gestão Educacional a nível municipal, estadual quando engajado nas propostas e políticas públicas conseguem se articular e a desenvolver os programas com alinhamento das práticas, diálogo e construção das etapas e assim os Gestores Escolares recebem formação para aplicar em seus locais a política pública.

4 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação (PME) foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integrando as ações do PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. As políticas públicas são fundamentais para tentar reduzir as desigualdades regionais e trabalhar na melhoria da qualidade da educação, focando nas potencialidades regionais e na valorização da cultura brasileira.

No Programa Mais Educação, de acordo com o Art. 1º da Portaria Interministerial 17/2007, são os objetivos do programa:

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, 2007 p.2)

O Programa Mais Educação apresentava finalidades com o Art.2 que se aplicam em apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica, contribuir para diminuir a evasão, reprovação, distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas, oferecer o atendimento educacional especializado, prevenir e combater o trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violência, promover a formação da sensibilidade em diversas atividades no contra turno, promover a aproximação da escola e comunidade.

A identidade do Programa Mais Educação é a sua preocupação em ampliar a jornada escolar modificando a rotina da escola [...]. Esse aspecto refere-se ao esforço para contribuir no redimensionamento da organização seriada e rígida dos tempos na vida da escola, contribuição esta reconhecida nos conceitos de *ciclos de formação* que redimensionam os tempos de aprendizagem e de *cidade educadora, território educativo, comunidade de aprendizagem* que pautam novas articulações entre os saberes escolares, seus agentes (professores e estudantes) e suas possíveis fontes. Esses últimos articulam as relações entre cidade, comunidade, escola e os diferentes agentes educativos, de modo que a própria cidade se constituía como espaço de formação humana (MOLL, 2012, p. 133)

Nas escolas, o PME foi organizado de acordo com a realidade de cada aluno em questões de vulnerabilidade social, necessidade de apoio pedagógico e a interação com a comunidade acontecia de forma que os oficinairos do programa eram selecionados de acordo com os projetos que a realidade local disponibilizava.

As formas de gestão do primeiro programa eram potencializadas por incentivos da equipe gestora, de acordo com o documento orientador: o diretor da escola, por meio de sua atuação com o Conselho Escolar, tem o papel de incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. A participação do processo de seleção dos alunos que necessitavam permanecer na escola e que precisavam estar protegidos no ambiente escolar com atividades pedagógicas e culturais eram decididas de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa. Junto com o professor coordenador os projetos e macrocampos eram selecionados de acordo com a realidade escolar. Reuniões e informes através de bilhetes eram repassadas as famílias. Questões de espaço/tempo eram abordadas pela equipe em organizar a escola em melhores condições a todos, respeitando as diretrizes do Programa.

Falar sobre Educação Integral implica, então, considerar a questão das variáveis **tempo**, com referência à ampliação da jornada escolar, e **espaço**, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Tratam-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a re-apropriação pedagógica de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global.(MEC,SECAD, 2009, p.18)

Todas essas possibilidades formatavam uma educação em rede e que dialogavam com propostas pedagógicas que respeitavam o local e a realidade do lugar de cada comunidade escolar. Por isso os fóruns e congressos, saídas de campos e estudos conectavam os estudantes a ampliação de visão de mundo.

De acordo com essas mudanças articuladas no programacom a Portaria 1.144 de 10 de outubro de 2016e que foram aplicadas no ano de 2018, grande parte das escolas que fazem parte do PME, não foram abrangidas pelo PNME.

Das três escolas que faziam parte da pesquisa apenas uma permaneceu no Programa. O nosso foco de pesquisa passou a uma instituição da rede municipal do município de Alvorada-RS. Com uma realidade de mil e cem alunos e com atendimento nos três turnos – com um índice de repetência elevado e de distorção idade série.

Sobre aaplicação do questionário a gestora e coordenadora do programa citam que é importantíssima a participação da escola em políticas públicas articuladas com as secretarias de educação.

Quanto ao IDEB a escola está progressivamente melhorando o seu índice, além dos programas de políticas públicas, formação docente, investimentos em infraestrutura e tecnologia – são fatores que auxiliaram na melhoria do IDEB na escola. Se a escola tivesse uma oferta regular em educação integral e os tempos fossem ampliados à escola poderia melhorar o seu IDEB, como são apenas 60 alunos integralizados com o PNME esse sonho

ainda está distante para a realidade municipal, pois falta sala de aulas e espaço físico para todas as atividades.

Quanto à questão financeira do programa – a verba chegava à escola com certa regularidade, às vezes a mantenedora demorava em repassar, mais justificava. Esses fatores desmotivava os professores e durante o programa teve rotatividade de pessoas. A merenda com o programa era reforçada e chegava a tempo adequado.

No PME existia um número maior de oficinas e o currículo era amplo – com o PNME apenas duas áreas – focando em resultados, sem pensar em integrar conhecimentos e sem respeitar as necessidades locais. Essa questão descaracterizou o programa.

Art. 2º O Programa tem por finalidade contribuir para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; e

IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola (BRASIL, 2016 p.23)

Sobre a questão de espaços e tempo da escola – o atual programa prevê apenas 15 horas a mais dos alunos na escola – foram organizadas escalas para que os alunos permanecessem mais tempo na escola, focando quatro dias da semana com oficinas e reforço em português e matemática, ampliando para oficina de esporte para atrair estudantes e reforçar o compromisso com a escola e a questão de pertencimento e identidade dentro da escola. Um dia da semana era realizado planejamento das atividades do Programa Novo Mais Educação. Conforme a coordenadora pedagógica do programa não foi fácil selecionar professores para compor a equipe e o que auxiliou a seleção foi a indicação dos estagiários que ampliaram carga horária para atuar no programa, alguns permaneceram outros não continuaram no programa por falta de pagamento no tempo hábil.

De acordo com a leitura das orientações do programa a escola por ser uma escola de grande porte e que necessitava de políticas para implantar a educação integral. A escola trabalha com professores que pensam em possibilidades de trabalho diferenciadas em Português e Matemática, para tentar focar no lúdico – tentando reforçar o conhecimento por outras abordagens pedagógicas com jogos, material concreto e diferentes portadores de texto. A questão avaliativa do programa focada em resultados deixa o formato do PNME engessado em uma educação que suprime as questões locais e as diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com diálogo realizado com professores, equipe e coordenadora sobre o atual formato do PNME, as vontades da comunidade não foram levadas em conta ao conduzir as propostas – fixando em reforço de português e matemática, sendo que foi implantada a oficina esportiva para manter alunos com risco de vulnerabilidade e exclusão. Com o foco em português e matemática muito se perdeu sem as áreas do conhecimento e artes, ficando um programa sem expressão e relevância cultural como o passado. Até o momento o programa atende os alunos com uma repercussão menor que o programa anterior, com um número menor de atendimentos e com uma visão de média a regular o programa pela equipe da escola.

Quanto à questão da participação da comunidade na organização do projeto, a comunidade foi informada por meio de avisos e de adesões dos pais dos alunos selecionados e a reuniões com o professor articulador/coordenador no formato do programa e nas atividades desenvolvidas.

Não foi abordada pela equipe da escola a supressão das questões dos direitos humanos e o respeito à cultura local. No formato anterior do PME, a escola possuía oficinas de dança – hip-hop e grafite que transformaram a escola num espaço mais conectado com a comunidade. Lembro-me dos trabalhos realizados pelosicineiros e pelos alunos que ficam engajados nessas propostas. Atualmente a escola recebeu nova pintura, apagando esses registros de grafites do passado – marcando uma nova gestão municipal e uma nova fase desconectada com a comunidade.

5 UM FUTURO INCERTO?

No atual momento em que vivenciamos as mudanças nas políticas de investimentos na área da educação e assistência social, refletimos a perda de qualidade de vida por parte das comunidades que atendemos nas escolas. Essas estão carentes de recursos e muitas vezes visualizam na escola a única saída para que se possa positivamente mudar o seu panorama de vida. Nesse paradigma de mudanças podemos pensar:

Essas transformações incidem, tanto sobre a cultura, como sobre a educação. Diante deste quadro não há como pensar a educação isolada do próprio contexto (macro) sócio-político e econômico. Esta questão já supõe duas faces da problemática na qual está envolvida a educação, aspectos que não se excluem, necessariamente, mas a colocam numa situação, no mínimo delicada: **autonomia ou submissão em relação ao contexto?**(UFSM, 2017/1, p.2)

Com as questões de Neoliberalismo/ Globalização e as mudanças políticas no cenário nacional impactam nos Sistemas de Ensino as Reformas Curriculares do Ensino que embasam uma ótica que reduz o campo de conhecimento interdisciplinar e a isonomia entre as áreas e foca e evidencia algumas áreas do conhecimento perante outras. As reformas do ensino e as mudanças curriculares; diminui carga horária de disciplina e foca em áreas que se reforça a importância ao conhecimento, derrubando uma luta de anos e uma conquista e inclusão de disciplinas importantes ao currículo escolar a ao pensamento humano.

O Estado neoliberal é mínimo, quando deve financiar a escola pública e, máximo, quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira autonomia pedagógica às instituições e aos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, aos professores. (UFSM, 2017/1, p.16).

Nesse pensamento sobre a escola transformadora Paro (2016) afirma que não é utopia pensar em uma escola democrática e com participação da comunidade possa ser concretizada. Devemos estar prontos para novos desafios e acompanhar esses caminhos que a educação vem a perseguir, demonstrando resistência e persistindo no diálogo. E o gestor deverá alinhar esse percurso com os seus pares.

A participação da comunidade escolar também está ameaçada e a gestão democrática corre perigos em ruir por ameaças de governos centralizadores e que representam as elites e a não participação da população nas decisões. Em alguns municípios a gestão democrática não acontece de forma plena, pois é mascarada e as decisões ficam a cargo de políticos que fazem moeda de troca com os cargos de gestores e cargos de confiança. O serviço público corre risco por contratações temporárias, o fechamento de escolas e ao aumento do número de alunos por

turma. A estrutura pedagógica das escolas que respeitavam o local e estudavam as características sócias antropológicas para a elaboração dos seus projetos político pedagógicos, correm risco por ter que aceitar determinações prontas da secretária da educação que não conhece as realidades locais e não dialoga com o coletivo dos professores e gestores. PARO nos alerta sobre essas possibilidades:

Dessa forma, o estabelecimento de objetivos (políticos), antecede, e certamente condicionará o processo de atingi-los (atividade administrativa). Além disso, a prática administrativa só se faz sobre um mínimo de condições propiciadas pela disponibilidade dos recursos e que, na atual situação do ensino, são sistematicamente negadas pelo Estado brasileiro. Mais uma vez, então, a prática política precisa anteceder a atividade administrativa, alimentando a luta pela conquista de condições objetivas que possibilitarão a realização do processo administrativo. (PARO, 2016, p. 96)

As políticas públicas e os investimentos em educação ficam congelados por um período de tempo e a incertezas perante o futuro da educação e a formação do cidadão fica ameaçada pela escassez de investimentos e atrativos. Conforme diversos pedagogos, devemos ultrapassar esse período de crise e devemos pensar: na condição humana, domínio de saberes, valorização do conhecimento, trabalhar no desenvolvimento de competências, reconhecer outras culturas; fatos que o gestor deverá promover em seu ambiente de trabalho perante os momentos de grandes desafios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando sobre as aprendizagens realizadas com a pesquisa e o estudo das disciplinas do curso de gestão educacional, foi fundamental pensar que as políticas públicas mobilizam investimentos e produzem resultados nas escolas quando pensando e idealizado com o dialogo na comunidade escolar e suas respectivas secretarias.

Os contextos políticos e econômicos refletem nas tendências de gestão educacional e impactam na gestão escolar que fica alinhada as articulações políticas do tempo, essas configuram os investimentos e organizam leis e procedimentos para os próximos anos. Quando se altera uma lei ou deixa de se aplicar recursos em uma política pública essa terá efeitos nos lugares. O importante é destacar que as políticas públicas mobilizam recursos e focam as políticas de investimentos para áreas carentes de recursos e que merecem uma atenção em especial. Deixar de ter políticas públicas nessa contemporaneidade e se reduzir recursos nas áreas da educação em tempos onde as metas para o PNE não foram alcançadas é realmente lamentável. Criar políticas públicas que tentam maquiar uma realidade também é preocupante.

A escola em tempos contemporâneos deve abraçar as políticas públicas que forem oferecidas e o gestor escolar deverá mobilizar o seu grupo para o atendimento conforme as orientações da mantenedora para a aplicação dos programas. Aprendi com a pesquisa com um olhar multidisciplinar nos campos da sociologia, política, antropologia, políticas públicas, didática e educação, gestão escolar, gestão educacional, gestão democrática. Foram vários olhares que possibilitaram esse crescimento acadêmico. Gestor(a) é aquele que conhece a comunidade, que tem o foco no aluno, que valoriza as relações humanas, que promove práticas pedagógicas significativas alinhadas com o projeto pedagógico da escola alinhado com políticas públicas e integrado a uma rede.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9394, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa Mais Educação**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEC, DICEI, 2013.
- BRASIL. Portaria nº1144, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Programa Novo Mais Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de out., 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 20jun. 2018.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **Gestão Educacional: Modelos e Práticas**. In III CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2012. Zaragoza – Espanha. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro_GT7.pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.
- DOURADO, L.F. e PARO, V.H. (orgs.) **Políticas públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- SIÉCOLA, Marcia. **Políticas Públicas em Educação**. Curitiba-PR, IESDE, 2016.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- THUMS, Jorge. **Acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina: Ulbra, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Educação. Curso de Especialização em Gestão Educacional. **Enfoques de pesquisa: livro-texto da disciplina**. Santa Maria, RS, 2017/2. 41 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Educação. Curso de Especialização em Gestão Educacional. **Políticas Públicas e Gestão Educacional: Texto da Unidade A – Estado e Educação**. Santa Maria, RS, 2017/1. 22 f.

_____. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses : MDT. 5.ed. Santa Maria, 2000.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA AOS GESTORES E
COORDENADORES DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO**

O MAIS EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA GESTÃO E NOS AMBIENTES ESCOLARES

O Mais Educação e os Impactos na Gestão e nos Ambientes Escolares

Pesquisador responsável: Glauber Henrique de Moraes

Este projeto tem o objetivo de realizar a pesquisa sobre modelos de gestão e impactos que a mais educação vem causando nos ambientes escolares de acordo com as propostas de mudanças do projeto no decorrer desse ano de 2018.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos de preenchimento do formulário e se possível entrevista e visitação do local de trabalho.

Durante a execução do projeto solicitamos a parceria e a troca de informações relevantes aos mais educação.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos,

1. riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantida o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade;
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da ... em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos, declara estar ciente do exposto e desejar participar do projeto .

São Francisco de Paula, maio de 2018.

Nome do sujeito ou do responsável:

Assinatura:

Eu, Glauber Henrique de Moraes, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante ou responsável.

Assinatura:

Data:

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Título da imagem



Qual a importância do **Mais Educação** para o desenvolvimento de políticas públicas e ampliação do tempo do aluno na escola? *

	1	2	3	4	5	
nenhuma importância	<input type="radio"/>	importantíssimo				

O **Mais Educação** contribuiu para a melhoria do **IDEB** da escola? *

sim

não

O **Mais Educação** foi gerenciado pela **equipe** e as **verbas** e **auxílios** entram no tempo adequado. *

- sim
- não
- Outras...

Qual foi o ponto **positivo** do programa **Mais Educação** em sua **primeira Edição** na escola *

Texto de resposta longa.

Para a gestão da escolar, o **Mais Educação** foi gerenciado com acompanhamento da mantenedora, oferecendo cursos e **qualificações** a todos os **envolvidos**? *

Texto de resposta longa.

Sobre a gestão **financeira** as **verbas** enviadas, atendiam as **expectativas** da **escola**, foi possível **investir** em **materiais** para as **oficinas**? *

- sim
- não

A escola participa do **NOVO MAIS EDUCAÇÃO?** *

sim

não

Se a escola não participa do **Novo Mais Educação**, qual foi a explicação da mantenedora a não participação no programa? A não participação no programa impactou na escola?

Texto de resposta longa

Se a escola participa do **Novo Mais Educação**, quais as principais mudanças que qualificaram o programa?

Texto de resposta longa

Se a escola participa do **Novo Mais Educação**, qual é o principal impacto pedagógico do programa?

Texto de resposta longa

Para os gestores escolas, coordenadores do programa e professores: o **Novo Mais Educação** atende as exigências da comunidade do entorno e as expectativas da comunidade em relação ao programa e a ampliação do tempo do aluno na escola?

Texto de resposta longa

No **Novo Mais Educação**, como será organizado na escola a distribuição dos alunos, oficinas e espaços da escola para a efetivação do programa?

Texto de resposta longa

Até o momento qual a sua avaliação do **Novo Mais Educação**

	1	2	3	4	5	
ruim	<input type="radio"/>	excelente				